



Comunicação e infância: o papel da imprensa na garantia dos direitos de crianças e adolescentes

Crianças como matéria jornalística

Cristina Ponte

Em 1976, dois investigadores norte-americanos, Everette Dennis e Michael Sadoff davam conta na revista *Journalism Quarterly* da quase ausência de cobertura de situações de vida das crianças pelos *media* noticiosos do país, tanto mais significativa quanto coincidia com um interesse pela infância, no pós-guerra, em frentes como a educação e a assistência. Em breve esta situação alterar-se-ia, neste e noutros países, com o agendamento de notícias envolvendo crianças como nova prioridade nas redações, a partir dos anos 80, e que se intensificaria na década seguinte.

Três anos depois daquele artigo, em 1979, Ana Internacional da Criança, consagrava a *criança universal* e em 1989 era aprovada a Convenção dos Direitos da Criança, pelas Nações Unidas. Importantes foram os compromissos decorrentes da sua rectificação, a produção de diagnósticos sobre a situação da infância no país subscritor, a identificação de problemas e a apresentação de relatórios sujeitos a avaliação de uma Comissão Internacional.

Esta "viragem para a infância" fez-se sentir em instâncias de pressão, que procuraram influenciar a cobertura jornalística sobre crianças e infância de acordo com o texto da Convenção das Nações Unidas. A influência é notória nas acções promovidas pela Unicef¹, pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), por organizações não-governamentais com destaque para a *Childwatch* ou a *Save the Children*, ou a brasileira Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

Mas este agendamento é também filtrado pelas condições de produção da notícia e isso verifica-se tanto na situação do jornalismo norte-americano nos anos 90 e no seu *kidsbeat*, como nas justificações dos critérios de noticiabilidade de jornalistas asiáticos, na

pesquisa de Anura Goonasakera (2001) que envolveu 13 países (Bangladesh, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nepal, Paquistão, Singapura, Srilanka, Tailândia e Vietname).

Iniciamos o comentário destas transformações pelos Estados Unidos, dada a influência que têm fora das suas fronteiras. Procuramos entender o fenómeno crescente desta noticiabilidade a partir da própria realidade do país e do seu jornalismo nas últimas duas décadas. Daí vamos ao encontro de como jornalistas de diversos países encaram a crianças e a infância enquanto potencial noticioso e em que medida consideram que o jornalismo deve ter um papel social de compromisso com a lei aprovada pelas Nações Unidas, e com as crianças de cada país e do mundo.

O *kidsbeat* no jornalismo norte-americano

Para entender o fenómeno do *kidsbeat* ("espaço sobre miúdos") nas redacções norte-americanas, temos em conta a situação da infância e dos *media* no país. Como em todo o mundo, também nos Estados Unidos não existe "uma" mas sim muitas infâncias. São relevantes a diversidade da de minorias étnicas, as características da intervenção pública do estado federal e a autonomia legislativa que em matérias de educação, assistência ou direito penal têm os vários estados federados.

A história recente do país dá conta deste panorama social e de mudanças a partir do pós-guerra, nomeadamente nas batalhas pelos direitos cívicos, nas décadas de 50 e 60, e no esforço, sobretudo nos finais da década de 60 e na década seguinte, em prol de sistemas facilitadores da integração social de crianças de

minorias étnicas, nomeadamente por programas de compensação educativa e de assistência pública. Nos anos 60 e 70, a educação e a assistência foram marcadas por discursos engajados socialmente, que impulsionaram a sua democratização e alargamento das possibilidades de acesso e de sucesso de crianças socialmente desfavorecidas. Deste movimento é apanágio a produção televisiva de programas como *Sesame Street*, orientado como contributo curricular para o público em idade pré-escolar de camadas sociais desfavorecidas (v. Brederode-Santos, 1991; Ponte, 1998).

Apesar deste esforço, a situação das crianças no país continua pejada de contradições, agravadas a partir dos anos 80 por um clima de desregulamentação e de liberalização em vários sectores. A ideia do mercado como regulador acompanhou o declínio da concepção da educação como parte integrante da responsabilidade pública e da comunidade, passando a ser estimulada a constituição de parcerias entre escolas e empresas. Tal teve consequências na definição de currículos e de espaço escolar e na *criança aluno* como mercadoria, como assinala Henry Giroux. A responsabilidade social da comunidade neste e noutros sectores transferia-se para a responsabilidade privada das empresas e dos seus interesses, bem como das famílias e dos seus orçamentos.

Cortes orçamentais e redução de investimentos públicos na educação e nos serviços de assistência tiveram resultados particularmente graves na situação de milhões de crianças de famílias com menos recursos. Cerca de 20 milhões (20,5% das crianças norte-americanas) viviam nos anos 90 em situação de pobreza, mais de 6,8 milhões sem casa própria e muitas sem acesso a assistência pública, cenário que coloca o país na cauda dos serviços de apoio à família entre os países desenvolvidos (Giroux, 2000, p.22).

No mesmo sentido ia um relatório das Nações Unidas sobre a Infância, de 1993, quase sem referência nos *media* norte-americanos. O documento apontava os Estados Unidos como o país industrializado com maior percentagem de assassinatos de crianças e jovens (nove em cada 10 mortes) e onde a percentagem de crianças pobres mais que duplicava a de outros países desenvolvidos, tendência que se vinha a acentuar desde os

anos 70. Para o projeto *Censored News* – que confronta o que é divulgado por agências públicas, em relatórios ou Conferências ou acontecimentos de particular relevância, com a cobertura (ou silêncio) que suscitam nos *media* norte-americanos – a escassa visibilidade desse relatório das Nações Unidas justifica que tenha sido colocado no topo das “histórias censuradas” desse ano (Jensen, 1997).

O crescente investimento afectivo na infância, por outro lado, é também insuficiente para explicar o desmesurado interesse que notícias sobre crianças passaram a ter a partir dos anos 80, intensificando-se nos anos 90.

No pólo dos *media*, há que ter presente as transferências económicas, sociais e políticas (liberalização, aumento da concorrência e intensificação das lógicas de mercado) a partir dos anos 80. No jornalismo acentua-se a vertente comercial, que se vai substituir ao ideário da “responsabilidade social da imprensa”, esta associada a preocupações com o controlo e a concentração dos *media*, com receios de exclusão de perspectivas políticas contrárias e de que a comercialização ofusque uma cobertura responsável.

A orientação do jornalismo para o mercado não nasce nesta altura mas aqui se potencia no conceito de “jornal total” (Hallin, 1996). Neste modelo, a circulação, vendas e os esforços editoriais combinam-se num projecto de *marketing-news-information*: peças curtas, cores e grafismo atraente, novas agendas, peças sobre estilos de vida e informações utilitárias. A procura de leitores em nova camada de público (nomeadamente feminino) acompanha a pressão de distribuidores, na gestão dos jornais e seus temas.

Nota Daniel Hallin que vários fatores tinham quebrado velhos consensos político-sociais nos Estados Unidos e com eles a credibilidade de um “jornalismo objectivo”. A juntar a factores externos, ocorreram transformações internas nas redacções, com a feminização e outras minorias, agora mais presentes. Neste cenário de comercialização a que se juntavam novas sensibilidades sobre o trabalho *mediador* do jornalista, Hallin sublinha possíveis traços positivos, como uma maior aproximação dos jornais aos leitores comuns, saindo da esfera estreita das elites.

Não dissociada deste cenário, é também nos Estados Unidos que se afirma a corrente do jornalismo cívico. Reivindicando a tradição de

comunitarismo na sociedade norte-americana, um dos seus ideólogos, Jay Rosen (1993), extrapola o ideal de intervenção cívica dos intelectuais do registro da “denúncia dos fatos” para um tónica na acção do jornalista no próprio fazer da democracia, “algo que temos que criar, que re-inventar, de re-imaginar”. Designa como jornalismo cívico “uma teoria e uma prática que reconhece a suprema importância que tem o melhorar a vida pública”, caracterizando os jornalistas como “pessoas que fazem coisas” mais do que “pessoas que descobrem coisas: histórias, factos, notícias”. O jornalismo cívico reivindica assim uma activação da vida da comunidade local. A definição da “agenda pública” é feita com base na auscultação de grupos locais, como contraponto às agendas oficiais. O jornalismo apresenta-se como “uma das mais importantes artes da democracia” cujo “objectivo final não é fazer notícias, reputações ou manchetes mas simplesmente fazer a democracia funcionar”, nas palavras de Rosen (pp.149-150).

Estas são premissas que outro sociólogo norte-americano Michael Schudson (1998) questiona quando destaca a diferença entre o conceito de comunidade assente no território e as comunidades de recursos contemporâneas, quando alerta como o desenho de uma oposição entre comunidade e governo pode reforçar um cinismo sobre as formas de governação ou quando assinala a diferença entre “vida pública” e “comunidade de cidadãos” pertencentes, por sua vez, a várias comunidades de identificação pessoal. Quem continua a decidir o que é notícia são os jornalistas, sublinha Schudson, fazendo notar nesta corrente a ausência de reivindicação de que o governo apoie as organizações noticiosas no alargamento da diversidade de pontos de vista ou a existência de instituições noticiosas não lucrativas.

Estas linhas são centrais para entender porque é que nos anos 80 cresceu o interesse dos *media* noticiosos norte-americanos pela cobertura de temas relacionados com a infância e famílias, que se acentuaria na década seguinte. Como iremos ver, esse alargamento da cobertura não se terá operado no sentido de *matéria pública* mas como potenciação de sentidos mais individuais e privados.

É recente o uso de imagens de crianças em matérias nacionais e internacionais nos

media noticiosos norte-americanos, observa também Susan Moeller (2002). Uma das mudanças decorre do declínio da imagem da mulher como ser desprotegido, na sequência dos movimentos feministas da década de 70. As mulheres teriam sido então substituídas pelas crianças como ícones da inocência e da pureza. Outras mudanças foram a orientação do jornalismo cívico nas redações dos *media*, criando a ideia da *criança em risco*; os imperativos financeiros das instituições mediáticas, procurando alargar a circulação a novos leitores, neste caso leitoras, supostamente interessadas nas crianças e em suas questões; a geração *baby boomer*, agora adultos e progenitores que chegava às redações atraídos por histórias que envolvessem os seus problemas. Moeller combina esses aspectos com mudanças na geo-estratégica política da última década, quando escreve (2002, pp.38-39, destaque seus):

Na última década, as crianças tornaram-se a referência moral. Tornaram-se um motivo para a acção, após o desaparecimento da força ideológica de conceitos abstractos como “democracia” ou “liberdade” com o desmembramento da União Soviética. Em 1990 vimos um mundo claramente dividido entre “nós” e “eles”; o desaparecimento do bloco soviético liberou os americanos da gíria do “Império do Mal”. Mas o final da Guerra Fria deixou um vazio. Com quem nos devemos agora identificar?

O aumento global de conflitos internos, religiosos e tribais na última década sublinhou os constrangimentos do poder norte-americano ao mesmo tempo que se esfumava o dever ideológico de “salvar a democracia no mundo”. Então, mais do que abandonar esse patamar moral, assistimos a uma revisão, a uma redução desse programa. A doutrina de que os Estados Unidos deveriam salvar o mundo (digamos, do comunismo) deu lugar de que os americanos deveriam salvar as crianças da fome ou de maus tratos. Tornou-se necessária uma nova gramática ou sintaxe da discussão pública, para acompanhar esse objectivos diplomáticos, orientações ou objectivos programáticos, e as crianças tornaram-se parte dessa linguagem. A sua invocação confere calor a um argumento favorável (ou desfavorável) a uma medida pública e sustenta a orientação moral do debate.

E acrescenta outros argumentos simbólicos para o crescente uso da criança nos discursos de políticos e dos *media* norte-americanos:

Falar sobre crianças não é apenas falar sobre crianças em sentido literal. Elas são uma sinédoque sobre o futuro do país, o bem estar político e social de uma cultura. As histórias sobre crianças são sentimentais. Recorrem aos mesmos ganchos emocionais que os filmes melodramáticos. Levam o adultos a agir. (...) A imagem de uma criança em perigo é um "isco" perfeito. É tão forte que impede o pensamento racional. As crianças acentuam a dramaticidade de uma causa ao ser contrastada a sua inocência a malevolência (ou talvez apenas a banal hostilidade) de adultos com poder. Por fim, o foco nas crianças serve uma função logística. Uma vez que há crianças em todo o mundo, estão sempre disponíveis, e depressa, para servirem de *cabide noticioso*.

Documentos do *Casey Journalism Centre on Children and Families* (CJCCF, 2001), centro de investigação da Universidade de Maryland pioneiro na atenção a esta cobertura, sublinham a infância como questão social com impacto no futuro do país "enquanto nação competitiva", numa sugestão da *criança nacional e capital humano*. Acrescentam a sua dimensão demográfica e o declínio do bem-estar das crianças norte-americanas, com problemas subjacentes como gravidez adolescente, maus tratos e negligência, baixa de nível na educação e aumento do crime violento entre jovens, numa listagem onde está ausente a dimensão económica.

O crescimento desta atenção por parte dos *media* é justificado por razões de ordem política, financeira e social. No início dos anos 90, a militância nessa área da então primeira-dama, Hillary Clinton, influenciou as agendas política e pública em torno da preocupação nacional com o bem-estar das crianças e a ênfase no envolvimento da comunidade.

Por seu lado, ganharam relevo os estudos de mercado sobre interesses dos leitores, a necessidade de alargar o mercado feminino de leitores e audiências, isto num momento de perda de influência geral da imprensa. Estudos de opinião indicavam a existência de um "interesse" por crianças por parte dos leitores adultos, baseados não em notícias no seu sentido clássico mas em *boas notícias* sobre campos de proximidade com a sua vivência

quotidiana, nomeadamente nos seus papéis como pais, como a escola, o lar, a família e foram dadas condições para esse tratamento. Exemplo deste investimento na revista *Time* é narrado pela jornalista Melissa Ludtke, que refere os quatro meses que dispôs para fazer uma reportagem sobre crianças. Passar muito tempo com elas foi a sua premissa, encara-las como as melhores testemunhas sobre o que era crescer na América. Cinco crianças, de diferentes idades e contextos económicos e étnicos, foram o seu guia num território então pouco explorado. O resultado foi tema de capa: *Through the Eyes of Children: Growing Up in America Today*, na edição de 8 de agosto de 1988.

O balanço dos primeiros anos desta perspectiva integrada de notícias reunindo educação, justiça, saúde, cultura e assistência à criança foi assim marcado por factores de ordem organizacional e de mercado. A institucionalização do tema nas redacções seguiu duas linhas: a cobertura de temas de proximidade com os leitores e um "jornalismo de cruzada".

Quanto à primeira, a cobertura incidia em temas favorecedores da integração social (religião, educação, saúde e bem-estar, questões familiares) por equipas constituídas por jornalistas mulheres e envolvendo as suas famílias. Jornais como o *Washington Post* e *New York Times* introduziram nos anos 90 secções sobre essas matérias. Temas como a custódia de crianças em famílias divorciadas ou os serviços de guarda tornaram-se matérias jornalísticas, sustentados por estudos de opinião que indicavam que as pessoas queriam esses temas tratados como notícia. A "significância do tópico para os leitores" e o "ir ao encontro do que os leitores desejam" são argumentos repetidos por editores. A procura de novos nichos de audiência corresponde também a uma aproximação dos jornais ao modelo das revistas semanais.

Neste jornalismo de proximidade que convoca vivências do quotidiano de classe média para as apresentar como notícia, a noticiabilidade da infância é definida a partir do olhar dos pais e de outras vozes de autoridade, como profissionais de educação, especialistas, líderes das comunidades a nível social, económico ou espiritual. Nas palavras críticas de um professor do programa *Children in the*

News da Universidade de Columbia, Samuel Freedman (1996):

As questões das crianças estão a ser mais cobertas e também de um modo diferente. Vivemos num clima político em que questões sociais são tratadas como problemas da classe média, de maneira a chamar a atenção. Estamos a entrar num processo em que um problema ou tensão na família (por exemplo, o equilíbrio entre a profissão e o cuidar das crianças) é apresentado como equivalente aos problemas de milhões de miúdos que crescem nas zonas pobres, onde o conceito de infância está ausente. Os jornalistas sentem que para chamar a atenção para aquelas questões têm de as embrulhar em miúdos ansiosos sobre o campo de férias ou na resposta a se um programa de televisão Barney é boa influência ou não. Nesta maneira de fazer notícias as crianças são uma *mercadoria* e é isso que se vê nos próprios processos de adopção. Há qualquer coisa de terrível neste processo em que os bebês são uma nova exportação do Terceiro Mundo, outro recurso natural pilhado pelos países desenvolvidos. Sempre que vejo uma história sobre isso, é quase sempre um testemunho pessoal de alguém que adoptou um bebê iugoslavo, coreano ou de outro lado qualquer e conta como é maravilhoso ter conseguido finalmente a criança.

Encontramos, por outro lado, um jornalismo de causas, ou de cruzada. Este estilo de intervenção pública pautada por critérios de moralização social tem tradições no jornalismo norte-americano, nomeadamente a partir de Joseph Pulitzer. No campo da infância, destaca-se nos anos 20 a intervenção de uma pioneira no jornalismo investigativo, Nellie Bly, no *New York Evening Journal* com reportagens de primeira página sobre crianças desaparecidas, vítimas de maus tratos ou abandonadas, enquanto em editoriais defendia cruzadas em prol da adopção de crianças filhas de mães solteiras e combatia o trabalho da mulher fora de casa.

Na imprensa feminina, este clima conservador é visível na campanha da revista *Woman's Day*, que dedicou o ano de 1993 ao tema da "família americana". Na imprensa de informação geral, os temas eram a violência urbana ou a intervenção da justiça. Os jornais garantiam permanência em agenda e chamadas de atenção nas primeiras páginas. Além da

divulgação, propunham-se a apresentar respostas e sugestões de resolução.

São exemplos de jornalismo de cruzada, nas campanhas de 1993: *Killing our Children e Saving our Children in the Shadows*, do New York Times, com grandes recursos humanos. Os jornais afirmaram-se como órgãos de pressão pública sobre políticas, em particular no domínio da segurança. A ilustrar esta espectacularidade, a campanha do *Chicago Tribune*, *Killing our children*, mobilizou 75 jornalistas, 35 fotógrafos e artistas gráficos, numa série de reportagens sobre crianças menores de 15 anos vítimas de violência urbana e incluiu um conjunto de editoriais que mereceram o prêmio Pulitzer para o gênero, nesse ano. O mesmo tom espetacular perpassa na campanha *Children First*, do *Detroit Free Press*, iniciada por uma carta aberta do director, na primeira página, anunciando ir além da mera reportagem e visar a busca de soluções. A campanha do New York Times, *Children in the Shadows*, focou-se na produção de peças exclusivamente sobre crianças de cor.

Estas campanhas suscitaram polémica, por ultrapassarem as margens do jornalismo e criarem pressões para soluções políticas enganosas. Na verdade, sete *jornalismo de campanha*, com definição de estratégias de cobertura temática de longo prazo, vai pautar critérios de avaliação do que será noticiado: num cenário de agendamento prolongado de um tema é necessária a alimentação contínua de notícias que reforcem a pertinência que lhe é dada.

Para o agendamento de uma *comunidade em perigo*, não se estranha que a percentagem de notícias sobre crimes violentos envolvendo crianças tenha sido muito superior a das estatísticas oficiais. Aliás, estudos sobre o tratamento jornalístico da criminalidade infantil onde participaram estudantes do Bronx, promovidos pela organização *We Interrupt This Message* (2001) mostram a sobre-representação pelo *New York Times* de jovens negros enquanto delinquentes e a sua desvalorização enquanto vítimas, a construção do mito do aumento da violência escolar, a não-contextualização da violência em causas sociais e económicas, a ausência de soluções alternativas ao aprisionamento, a distorção na construção da história tomando uma só perspectiva e a raça como factos de diferenciação.

No balanço geral desta cobertura, regista-se que a maior atenção a temas relacionados com crianças se traduziu em formas de reportar sensacionalistas e superficiais, eu houve escassez de recursos humanos nas redacções capazes de cobrir a diversidade de questões críticas, que a anexação de conteúdos e secções já existentes (páginas de educação ou de crime) lhes conferiu um enquadramento limitado. Do jornalismo de cruzada sobressaiu uma escrita unidimensional, notícias descontextualizadas, apresentação hegemónica de crianças e adolescentes como vítimas ou como loucos criminosos. O *kidsbeat* não conseguiu ir além dos parâmetros tradicionais das notícias de política, crime ou desporto. O sensacionalismo nos títulos e fotos, o registro jornalísticos de factos descontextualizados e o desvio como critério de noticiabilidade marcaram esta cobertura. As notícias envolvendo crianças ou eram te a de primeira página pela sua carga dramática ou se confinavam a espaços *leves* de informação, sem dar conta de práticas e de mudanças cotidianas e de sus contextos.

Vejam-se as apreciações de jornalistas sobre esta cobertura, recolhidas pelo Casey Center. Uma fundadora do *USA Today* e consultora dos principais jornais e cadeias televisivas, Nancy Woodhull, nota a confusão sobre como cobrir as questões relacionadas com crianças e famílias. "Tentam fazer colunas para pais e páginas especiais para filhos, mas isso não chega para colar os leitores ao jornal". Uma editora de agência de in formação, Sandy Close, dá conta de estereótipos na construção de noticiais sobre crianças, num enquadramento pautado pelo fracasso: "apesar desta geração ter muito para nos dizer, os *media* apresentam-nas como um universo de patologias, há uma tônica no fatalismo, como se esses miúdos fossem marcados pelo destino...". A consideração da incapacidade comunicativa das crianças fazia com que fossem ausentadas de notícias: "O lado das crianças não conta nas histórias porque os jornalistas não estão treinados para isso. Dá-se a perspectiva pró e a contra de tudo e é tudo...", notava a antiga editora do *USA Today*, enquanto sublinhava como histórias de crianças fora de situações de risco também não refletiam a experiência comum: "se são rapazes, são estrelas de atletismo; se são raparigas, são jovens modelos ou figurinhas

românticas". Alex Kotlowitz (1996, pp. 41-42), antigo jornalista do *Wall Street Journal*, denuncia as conseqüências de estereótipos da criança criminosa e da criança vítima na imagem de si e que de si é construída:

Os *media* tendem a ver as crianças que crescem nos meios urbanos pobres ou como vítimas ou como criminosos. Esta apresentação como vítimas da pobreza e da violência presta-lhes um mau serviço, sugere que eles estão destinados a falhar. Quando se apresenta uma criança como criminosa, esquecemo-nos do que significa ser criança: ser vulnerável, impressionável e carente. Sobrevaloriza-se uma dimensão e ignoram-se todas as outras da sua vida quotidiana.

Da apreciação do Casey Center, apesar da crítica ao sensacionalismo perpassa a valorização em agenda de temas relacionados com a situação da infância, sobrepondo-se a um questionamento dos interesses instrumentais. Exemplo disse é a apreciação da relevância do tópico educação apreciado pela vertente empresarial e orientação da criança aluno como futura força de trabalho. Lê-se em *Children and Family Journalism: Out from the Shadows/Media Coverage of Children and Family Issues, 1993-94* (CJCCF, 2001):

Forças exteriores à redacção, nomeadamente dirigentes de empresas, começaram a queixar-se sobre os custos de uma força de trabalho com baixo nível de educação. A produtividade americana afundava-se enquanto importações japonesas devastavam sectores básicos da indústria americana. A educação, muito tempo considerada nas redacções como um tema obscuro ainda que importante, de repente tornou-se matéria de ponta. Para a sua própria reputação, muitos editores passaram a ter jornalistas a cobrir apenas questões educacionais.

Destas apreciações sobre o jornalismo norte-americano na cobertura da infância, ficam-nos indicações sobre a construção da sua noticiabilidade, marcada por novas definições de interesse:

1) combinação entre eventos inseridos em temas previamente definidos pelo jornal (campanhas ancoradas na ideia da criança em risco e na sua insegurança) e temas de integração social, como a educação, a família, a religião, a que não está ausente a criança investimento;

2) caracterização das crianças como futura mão-de-obra (ou “capital humano” noutra versão) para a competitividade do país;

3) intervenção dos jornalistas como protagonistas e fontes de informação e de experiência;

4) estreitamento da ligação a fontes de informação de comunidades locais; 5) estilos marcados pelo sensacionalismo e proximidade afectiva, em que a voz do jornalista se torna mais interpretativa e subjectiva do que era tradição.

Sublinham os formadores do CJCCF que as deficiências desta cobertura caminham a par com questões éticas que dela decorrem: que legitimidade para um jornalismo de causa? Não colide o rigor da informação com a segurança e o bem-estar da criança cuja situação se noticia? Quais são os problemas específicos da cobertura da infância? São perguntas que partem da constatação de Kotlowitz (1996, p. 42): “Escrever sobre crianças exige paciência no acto de reportar e complexidade na forma de contar”.

Estas questões vão sustentar uma formação de jornalistas. A iniciativa mais antiga é da Graduate School of Journalism, da Universidade de Columbia, que realizou em 1992 o primeiro seminário de longa duração, Focus on the children, the beat of the future.

Porque à atenção a questões sociais envolvendo crianças, dos maus-tratos a reformas no campo da educação, tende a corresponder um tratamento informativo superficial, incaracterístico e por vezes mesmo falseador, o programa da Universidade de Columbia visa uma formação que permita a jornalistas irem além de notícias fragmentadas e contextualizar eventos reportados na legislação sobre educação, saúde, políticas governamentais e sociais. Lê-se na declaração Children and the News da Prudential Fellowship for Children and the News (1995): “Os editores precisam de sair da estreiteza das notícias leves e de chegar à primeira página, os jornalistas precisam de deixar de olhar as crianças como gente problemática e sem rosto”. Nos conselhos práticos encontram-se como regras de ouro orientações como trata os filhos dos outros como gostarias que tratassem os teus ou acima de tudo, não os prejudiques”. Além da crítica à cobertura da imprensa, esta formação também se estrutura em torno de boas práticas, de que são exemplos o

tratamento de matérias de justiça sobre crianças e jovens (Hall of Fame).

Uma década após o início desta formação, faz parte do programa desta Escola de Jornalismo o seminário de especialização Covering the Youth Beat, em cujo currículo de 2001-2002 se lê:

Os estudantes deste seminário irão explorar o mundo multifacetado das questões relacionadas com crianças e as orientações políticas que as afectam, através de leituras, discussão, produção de reportagens e escrita. Iremos examinar os complexos problemas de ética que se colocam em reportagens e apreciar de forma crítica a cobertura mediática de crianças feita durante décadas. Iremos procurar compreender a disparidade entre a percepção pública e a realidade da vida das crianças investigando a vida dos jovens e das suas famílias em Nova Iorque.

Será dada especial atenção ao aperfeiçoamento da capacidade de escrever artigos complexos sobre temas delicados.

As reportagens [produzidas pelos estudantes] serão feitas em áreas onde vivam ou estejam crianças e cobrirão lares, sala de aula, centro de jovens, centros prisionais, salas de tribunal.

Os jornalistas que cobrem esse beat devem ser capazes de circular pelos mundos da educação pública, dos tribunais, dos maus tratos e dos serviços de protecção e assistência às crianças, da pesquisa de saúde. Precisam de saber dar profundidade e contexto às vidas das crianças e das suas famílias, bem como às políticas que as regulam.

Se nestes últimos anos surgiram mais histórias de educação, de saúde e de questões de vida pessoal, “o que representa um imperioso alargamento do nosso sentido do que constitui uma questão pública” (Hallin, 1996, p. 255), a contradição passa pelo ainda estreito conceito do que entender por “questão pública”. Como realça Daniel Hallin, este alastramento da agenda a novos temas levou ao apagamento de outros, como a redução drástica do noticiário internacional. A dimensão provincialiana dessa ideia de democracia jornalística orientada para a sua comunidade de leitores e os seus interesses será visível no acentuar do isolamento do país em relação ao mundo, à sua complexidade e diversidade. Nos últimos 15 a 20 anos, os *media* norte-

americanos reduziram o espaço dedicado a notícias internacionais entre 70 a 80%, referia o Los Angeles Times em 2001. Para o director do The Boston Globe, Martin Baron, há que pensar criticamente nas suas conseqüências: tal contribuiu para que a maioria dos americanos não tivesse “a mínima noção do que é a ideologia e a região no mundo muçulmano e, nesse sentido, penso que partilhamos alguma responsabilidade”.²

Perante os acontecimentos do 11 de Setembro, profissionais sublinharam a responsabilidade política do jornalismo e os limites de uma orientação estritamente virada para o mercado. Em *Crisis Journalism*, Garry Gilbert, editor executivo do The Oakland Press, lembra os milhões de dólares gastos em estudos de mercado e inquéritos que concluíam que se poderia vender mais jornais se se desse mais destaque ao desporto, ao entretenimento e às notícias locais. Neste processo, argumenta que os editores falharam na tarefa de “tornar as notícias mundiais atractivas e importantes para uma sociedade egoísta”. É preciso também que, além da criação de fóruns de discussão pública, da disponibilização de informações úteis e da luta contra os preconceitos, a imprensa continue a cobrir o noticiário geral e a contextualizar a informação.³

Uma nova agenda para jornalistas de todo o mundo

Vejamos agora o panorama numa escala mais vasta, com base na reflexão da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) – que reúne 140 associações nacionais de jornalistas de 104 países – a partir dos anos 90. Na década de 90, a noticiabilidade da infância foi pela primeira vez discutida pela classe e foram produzidos documentos como o relatório *Prime Time for Children: Media, Ethics and Reporting of Commercial Sexual Exploitation*, apresentado no Congresso Mundial sobre Exploração Comercial e Sexual das Crianças (Estocolmo, 1996), as *Actas do Fórum Child Exploitation and The Media*, promovido pela Press Wise, no Reino Unido (1997), a resolução *Information and Child Rights: The Challenge of Media Engagement*, aprovada na Conferência da FIJ (Recife, 1998) ou o Guia *The Media and Children's Rights*, destinado a jornalistas e editado pela UNICEF (1999). Pela diversidade

de perspectivas sobre práticas correntes, de jornalistas e fontes de informação, apresentam-se de forma sumária estes documentos.

Questões da cultura jornalística

O relatório *Children: Media, Ethics and Reporting of Commercial Sexual Exploitation* aponta que me material de exploração sexual as crianças continuam longe das agendas, excepto em conteúdos de tribunal ou em situações que envolvem figuras públicas adultas. Os temas noticiados não se alteram com a Convenção dos Direitos da Criança e outras recomendações. Ao aparente aumento de consciência, contrapõe-se uma “faca de dois gumes”: ao contarem histórias de abusados e abusadores, os *media* também podem contribuir para criar imagens sexualmente provocadoras que podem alimentar circuitos pedófilos.

Kate Holman e Aidan White, jornalistas autores do relatório, apontam a necessidade de os *media* alargarem o foco da cobertura do tema, uma vez que ainda não foi completamente contada a história da exploração sexual das crianças e seus aspectos comerciais. Esta é também uma área quase ausente nos códigos de auto-regulação profissional mas à qual se ligam questões de natureza ética, como a confidencialidade das fontes, subterfúgios para obter informação, a cooperação com agência legais, a intervenção em eventos sob observação, a identificação das pessoas envolvidas.

A questão das fontes de informação tem ainda particularidades como o estatuto da menoridade social com que as crianças são encaradas, independentemente de sua idade. Frases como “não conseguem distinguir ficção da realidade” ou “mudam de opinião com frequência” indicam a recusa dos direitos de participação cívica que a Convenção lhe consagra.

Radiografia do panorama mundial das linhas éticas da cobertura de crianças é o documento *Information and Child Rights: The Challenge of Media Engagement* (1998), que compara a legislação e códigos de conduta de 54 países subscritores da Convenção e dos Estados Unidos. Foram apreciados os Códigos de Conduta ou Deontológicos dos seguintes países ou regiões autónomas: África do Sul, Alemanha, Armênia, Austrália, Áustria, Bélgica,

Bósnia-Herzegovina, Brasil, Bulgária, Catalunha, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Islândia, Índia, Itália, Israel, Japão, Letônia, Lituânia, Malásia, Malta, Marrocos, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Paquistão, Paraguai, Peru, Polónia, Portugal, República Checa, Reino Unido, República da Coreia, Rússia, Sérvia, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tanzânia e Turquia. A comparação realçou que poucos referem explicitamente direitos das criança ou têm orientações sobre sua cobertura. Os jornalistas tendem a pensar questões éticas com base no "senso comum", o que leva a que crianças mereçam mais atenção do que outros membros da sociedade, sobretudo enquanto vítimas.

Por sua vez, a Conferência Mundial Jornalismo 2000, promovida pela FIJ, produziu linhas de orientação para jornalistas e dedicou especial atenção a indústrias de turismo sexual envolvendo crianças. Esta assembléia, que contou também com especialistas e organizações no terreno, votou um plano de acção a três anos, *Journalism 2000: Child Rights and the Media*, e aprovou o Guião para a cobertura dos direitos da criança a que faremos referência.

Perpassa por estas iniciativas uma assunção da "responsabilidade social dos jornalistas". Aí se considera que são "os olhos, os ouvidos e as cozes do público", com a função central de o informar não só sobre eventos e debates público tal qual são promovidos por agentes interessados mas também sobre actividades de governos e organizações que afectam a sociedade, sobre atitudes sociais, ainda que sejam mais discretas ou sobre as quais se procure o silêncio. Sai-se da estreita dimensão do relato de eventos para se entrar também na atenção a questões menos visíveis e por vezes desconfortáveis. Esta responsabilidade social é sublinhada no dever de identificar falhas e aspectos positivos no campo dos direitos humanos, e acompanha também a defesa de um "jornalismo ético", que procure "a verdade independente de interesses obscuros" e que alie uma "sensibilidade às conseqüências da publicação". Deste espírito são exemplos orientações que enfatizam o direito das crianças à sua privacidade e o dever das organizações jornalísticas de encarar a violação

dos direitos das crianças e questões relacionadas com a segurança, privacidade, educação, saúde e bem estar e todas as formas de exploração como temas relevantes para serem investigados.

Este ideal da profissão depara com dificuldades no seu exercício, sejam restrições legais em muitos países ou tendências para a simplificação máxima de conteúdos com vista a atingir mais mercados, realça o documento do Recife. Também se enunciam como características d profissão as relações difíceis com o poder, a resistência à hetero-regulação, o cepticismo em relação a intervenções de ONG no terreno, a dificuldade de agir entre códigos de conduta e pressões comerciais. Relevantes nesta discussão são os paradoxos sobre as crianças como matéria noticiável. As crianças têm um apelo universal e, em teoria, são acarinhadas em todas as culturas, enquanto constituem também um importante segmento para a publicidade e o mercado. As ameaças sobre elas geram respostas emotivas que podem captar leitores e audiências. Daqui decorre o risco de as histórias e imagens serem mais apreciadas pelo seu valor sentimental e de captação de audiências do que pelo seu significado social.

Os documentos da Federação Internacional de Jornalistas consideram que os profissionais dos *media* têm nas suas mãos o imenso poder de estimular a revolta pública pelo uso de crianças como ilustração de matérias traumáticas como doença, a guerra, a fome, a pobreza. Este valor de choque é visto como técnica válida para penetrar nas defesas que protegem as pessoas das duras realidades da vida, sobretudo quando se mostra a falta de meios dos que vivem no hemisfério sul, em zonas da Europa central ou oriental, nos subúrbios dos meios desenvolvidos. Mas, como resultado, as crianças são muitas vezes representadas como vítimas, vilões ou meios fáceis de atrair atenção dos adultos sem que se equacionam as respectivas conseqüências. Também se reconhece que a identificação de crianças específicas em risco de perigo, exploração ou abuso lhes pode trazer perigo, bem como às famílias, mas a recusa de imagens reais pouco melhora o reconhecimento dos seus direitos como seres humanos.

Daqui vai um passo para a defesa da história de interesse humano, como porta para uma contextualização. Lê-se no documento

Children's Rights and *Media*: Guidelines and Principles for Reporting on Issues Involving children:

Os jornalistas devem produzir histórias que ajudem as pessoas a compreenderem o mundo à volta delas. A história de interesse humano é um dispositivo dramático para captar o interesse, a fúria ou a simpatia e daí explicar uma verdade mais ampla. Por isso precisam de boas histórias no seu contributo para a melhoria da compreensão pública das crianças.

O estudo comparado dos códigos de conduta revelou que poucos jornalistas conheciam a Convenção dos Direitos da Criança e os documentos publicados na sua seqüência. Ignoravam mesmo se o seu país era subscritor da Convenção e as consequências daí decorrentes. A tônica tradicional na flexibilidade e na não-especialização dos jornalistas fazia com que as crianças raramente surgissem para além de "materiais atractivos" ou parte de disputas legais.

Olhares de diferentes arenas profissionais

O fórum Child Exploitation and The *Media*, promovido pelo PressWise em 1997 no Reino Unido, reuniu jornalistas, fotógrafos dos *media*, trabalhadores sociais, professores de jornalismo, pais de crianças que tinham sido notícia e organizações não-governamentais. As relações entre fonte e jornalistas, a regulação profissional e a dificuldade de tratar matérias como os maus tratos, abusos sexuais e pedofilia foram os temas deste encontro, onde se discutiram as difíceis relações entre jornalistas e trabalhadores sociais, as formas como familiares de crianças e vítimas de pedofilia lidaram com os *media* e as estratégias pró-activas de organizações não-governamentais no combate à prostituição infantil e os seus riscos.

As difíceis relações entre jornalistas e assistentes sociais foram sublinhadas por uma dirigente da Associação Britânica dos Trabalhadores Sociais, Jane Tarbun, que referiu serem poucas profissões alvo tão permanente da acusação de negligência por parte de jornalistas. Destacou contudo a importância dos *media* na criação de uma maior compreensão para as acções de intervenção social no sentido da protecção das crianças. Um pai cuja filha fora violada e assassinada relatou como a

família lidou com a cobertura jornalística no momento do crime e destacou as relações de conveniência de parte a parte nesse momento, que se quebraram quando os *media* noticiosos prolongaram a cobertura e usaram imagens do caso dois anos depois, sem autorização da família. Uma organização não-governamental, Children's Society, apresentou a sua estratégia para com os *media* em campanhas contra a prostituição infantil – dar informação de que os jornalistas precisam, incluindo estatísticas, estudos de caso e depoimentos, garantindo o anonimato das crianças e jovens inconvenientes – e como recorria a uma posição pró-activa, sugerindo casos ou protestando contra a violação de regras estabelecidas.

O confronto entre a defesa da liberdade de informar e o constrangimento da cobertura de crianças à luz dos seus direitos de protecção foi um dos momentos polémicos. Um professor de jornalismo e antigo jornalista especializado em assuntos de tribunal, Tim Crook, acusou a legislação britânica de proteger em demasia as crianças criminosas. Por seu lado, Robert Pink, presidente da Press Complaint Commission, criticou a pressão dos jornalistas na cobertura de casos dramáticos e na invasão da privacidade sempre que se invocam a qualquer momento acontecimentos do passado, obrigando as famílias a rever a exposição pública da sua dor. Também o director da Action on Child Exploitation, David Niven, reflectiu sobre o direito à protecção da imagem, criticando a espectacularização que organizações não governamentais e jornais de referências fazem de temas como a doença, a violência ou a pobreza nos países do Terceiro Mundo. Em nome do direito à protecção da identidade, questionou a representação dos *media* dessas crianças, considerando que o público pode compreender as suas necessidades sem que sejam imperiosas suas imagens.

O tema dos maus tratos e abuso sexual cruzou também as intervenções. A recordação de como os *media* trataram em notícia o síndrome da falsa memória que faremos referência no próximo capítulo foi feita por uma jornalista, Marjore Orr, que deu conta de como poucos jornalistas tentaram ir ao outro lado da história. Do ponto de vista jornalístico, era uma história simples: terapeutas obcecados com o abuso sexual levavam pessoas a acreditar que tinham também sido abusadas na

infância. As vantagens deste ângulo são inúmeras: podia ser facilmente coberto como questão unilateral; era “confortável” porque apagava o pânico social sobre o abuso; não era arriscado do prisma das responsabilidades dos jornalistas; era “fácil” porque se baseava em testemunhos.

Outro jornalista, Dean Nelson, considerou que o tratamento do tema do abuso sexual não vendia jornais pois a maioria das pessoas não queria ler assuntos desconfortáveis: por isso muita desta cobertura devia ser feita enquanto serviço público. Chamou também a atenção para os seus custos financeiros, pelos processos judiciais que pode suscitar. O director da PressWise, Mike Jempson, com base na sua experiência profissional, integrou o tema nas difíceis relações entre fontes de informação e jornalistas e como essas dificuldades podem distorcer a amplitude e profundidade do tratamento. Jempson passou dois anos a investigar redes pedófilas no sudeste de Inglaterra, para um documentário televisivo. Apesar da polícia admitir que a informação que recolhera estava correcta, fontes de informação com trabalhadores sociais, políticos, autoridades locais e organizações voluntárias só queriam falar off-the-record. Por isso, só pôde usar 20% da informação recolhida sobre redes pedófilas, e o documentário centrou-se nas actividades de um professor que entretanto se suicidara para evitar julgamento.

O secretário geral da FIJ, Aidan White, recordou como era recente o respeito pelos direitos das crianças e sublinhou o papel dos *media*. As imagens estereotipadas de crianças, como vítimas sem nome ou como adolescentes problemáticos, reflectem a falta de compreensão sobre as crianças enquanto sujeitos e o seu direito de serem ouvidos. Como sugestões de mudança de práticas jornalísticas, apontou a auto-regulação e a conduta ética; uma maior formação não só nesta matéria mas também nas formas de apresentar histórias e seu impacto, com maior grau de conhecimento e de sensibilidade; a correcção nas relações entre fontes promocionais e jornalistas, de modo a evitar a desconfiança destes face a exageros daquelas; um papel pró-activo nesta matéria e de processos de revisão, também do prisma das crianças, sobre como as notícias são construídas.

Um Guião para as Notícias

A atenção aos modos como as notícias são construídas é uma das mais valias do Guião *Media The and Children’s Rights* (1999), resultado de estreita cooperação entre a UNICEF e a FIJ. O documento apresenta a Convenção e traça sugestões de cobertura noticiosa em torno de 15 tópicos: 1) crianças com deficiências; 2) discriminação; 3) crianças na família; 4) trabalho infantil; 5) crianças e conflitos armados; 6) cuidados de saúde e bem-estar; 7) questões de identidade; 8) opiniões e liberdades civis; 9) serviços de assistência pública; 10) crianças e *media*; 11) crianças nos *media*; 12) educação; 13) crianças e crime; 14) abuso sexual e exploração; 15) responsabilidades do Estado. Para cada tópico há sugestões (storylines) e uma lista de verificações (checklist) que incide no tratamento e se alarga a uma avaliação de potencialidades gerais. Vejamos, por exemplo, o tópico de Educação. Nele são apresentados como sugestões de temas a explorar jornalisticamente:

1. Investigar a dimensão real da igualdade de oportunidades para todas as crianças dentro do sistema educativo (rapazes e raparigas; crianças rurais e urbanas; crianças com deficiência e membros de minorias comunitárias)
2. Qual é o espaço de manobra das crianças na escola e nas suas disciplinas, por intermédio dos conselhos de escola: podem escolher as matérias que querem estudar? Pesquisar se e como os pais podem influenciar o currículo e os serviços educativos e que papéis têm na gestão da escola.
3. Comparar diferentes tipos de estabelecimentos de ensino – pré-escolar, primário e secundário; público e privado; são as crianças afastadas das escolas por causa do seu custo?
4. Observar o ratio professores/alunos. Que diferenças decorrem da dimensão de classes? Que recursos estão disponíveis para os professores e alunos – têm as crianças acesso a equipamentos actualizados? E como é a segurança nos edifícios?
5. Averiguar se são possíveis propostas “alternativas” ao modelo dominante

de educação e comparar os seus métodos, acompanhamento, disciplina e resultados.

6. Como é que as escolas lidam com as crianças indisciplinadas? Como são as punições? Ainda se usam castigos corporais? As crianças têm o direito de recorrer das medidas disciplinares? Como é que as escolas lidam com a violência entre as crianças? Existe um problema de violência contra professores e quais são as causas?

Na verificação de procedimentos jornalísticos e da organização da redacção, apresentam-se as seguintes propostas:

1. O meio onde trabalha tem uma secção especializada em educação? Quem produz esses materiais – jornalistas especializados, professores, especialistas em ciências da educação? Como são as crianças e os jovens estimulados a darem contributos?

2. Conhece o sistema educativo do país que está a cobrir? Costuma visitar instituições de educação para estar a par dos problemas actuais, das mudanças ou de iniciativas positivas nos sistemas educativos?

3. A história que escreveu inclui a perspectiva dos estudantes da mesma forma que inclui a dos professores responsáveis ou directores?

Recolheu comentários da parte dos pais, dos responsáveis de escola, dos professores da classe e dos seus sindicatos?

4. Tem a certeza de que as crianças estão conscientes de que podem ser citadas e identificadas e que a sua história não lhes irá causar problemas de que elas não se tenham apercebido? O que pode fazer para ajudar as crianças a compreenderem o papel dos *media* na sociedade? A empresa jornalística onde trabalha já pensou em produzir material interessante e de forma acessível para motivar as crianças ou mesmo em colaborar com os professores no trabalho com as crianças na classe? Como é que a sua empresa usa a internet? Tem investigado os usos que as crianças fazem da rede? Tem produzido material a que as crianças possam aceder por via electrónica? Tem considerado formas positivas de envolver os mais novos nas notícias, nos assuntos correntes e na produção de *media* pelo desenvolvimento de ligações interactivas com as escolas?

O enfoque está nos processos de produção da notícia, numa proposta inovadora das culturas de redacção e do seu vocabulário de precedentes, conceitos de Ericson et al. (1987), que apontam os saberes de reconhecimento (como situar jornalisticamente um evento), os saberes de procedimento (como desenvolver um tema, que fontes ouvir, que métodos usar para contactar e interrogar fontes, como gerir o tempo) e os saberes de narração (como apresentar um dado de uma forma jornalística; como justificar uma acção se esta for questionada). A par de novos saberes de reconhecimento (como enquadrar jornalisticamente) e de saberes de narração (como apresentar o tema de forma jornalística), há ênfase em novos saberes de procedimento (desenvolvimento do tema, que métodos usar para recolher informação) visíveis no alargamento dos enquadramentos habitualmente usados para tratar o tema da educação. Entram em linha de conta variáveis sociológicas (diferenciação de género, meio social, redes escolares), económicas e tecnológicas. Também a dimensão organizacional é questionada, definindo um novo perfil de jornalista, mais conhecedor das problemáticas que reporta.

A noticiabilidade da infância vista da Ásia

O estudo comparado de Anura Goonasekera, *Children in the News* (2001), trabalho sistemático de avaliação no terreno, aprecia como jornalistas de 13 países asiáticos incorporaram ou não nas suas práticas as orientações da Convenção dos Direitos da Criança, em particular o Guião que acabámos de apresentar. Foram ouvidos profissionais dos jornais mais influentes de cada país, pela sua tiragem e orientação para as camadas sociais de maior decisão política. Nenhum conhecia o Guião do jornalista aprovado no Congresso do Recife, dois anos antes.

Este estudo comparado permitiu ainda destacar um imaginário da notícia partilhado e enraizado. É um imaginário que reproduz as tendências da orientação para o mercado e valorização económica. A noticiabilidade de uma matéria continua a ser expressa em termos de "faro jornalístico", num ideal de imparcialidade e objectividade "factual", e por

uma confiança em saber decidir o que interessa ou não aos leitores. Afirma um editor da Malásia (p.189):

Qualquer matéria é escrita como notícia se se considera que contém informação e que pode educar o povo sobre o que acontece na sociedade. As notícias sobre crimes e acidentes interessam muito as pessoas e se se fala de crianças é porque crianças estão envolvidas nesses casos.

Idéia próxima circula nas palavras de um editor de Singapura: "o foco é a noticiabilidade e se isso inclui crianças então elas são notícias" (p.337).

A primeira tendência é, pois, considerar que não existem constrangimentos externos à definição de notícia, que são os jornalistas que decidem o que é ou não publicado. Há, contudo, um outro olhar sobre esta noticiabilidade, mais calculista. Directores e editores de jornais indianos convidados a referir constrangimentos na cobertura de questões relacionadas com crianças, ou os consideravam inexistentes ou referiam a escassez de fundos e a falta de jornalistas especializados ou ainda apontavam a falta de interesse dos leitores por essas matérias e os seus riscos, pois os que empregam mão-de-obra infantil constituem um lobby poderoso. Receavam, pois, reacções adversas de leitores se escrevessem sobre trabalho infantil e questões relacionadas. Assim se constrói um critério de noticiabilidade segundo o qual "as notícias sobre crianças não interessam leitores de jornais nem justificam as despesas que suscitam", nas palavras de um leitor indiano.

Exemplar da proximidade entre interesses na ausência desta cobertura é a situação do Paquistão, um dos maiores países da Ásia e onde mais de metade das famílias são incapazes de compreender o lugar da criança definindo no ocidente: aí ela é parte activa da economia familiar e os rapazes são preferidos a raparigas. Num clima político onde a liberdade de imprensa não está assegurada, os *media* são cautelosos nas suas agendas. Afirma uma jornalista paquistanesa (p.261):

Procuramos assuntos que sejam simpáticos aos leitores, que os interessem. Sobre os problemas das crianças do Paquistão não sabemos se a nossa cobertura é adequada ou não.

Na verdade não há certezas no jornalismo. Escrevemos e editamos e é essa a

nossa tarefa. O resto depende do que as pessoas com poder no país possam fazer.

Contudo, segundo Gilani (1999), os *media* paquistaneses fazem mais do que silenciar pois sustentam o trabalho infantil como alternativa à fome. Poucos são os artigos que discutem as suas causas profundas ou condições, preferindo o enquadramento de que as campanhas internacionais nestas matéria mais não são do que "o ocidente contra as nossas crianças". Enquanto o governo e figuras públicas fazem tabu do problema, um jornalista que denunciou o assassinato de um rapaz de 12 anos, que dera a cara falando do seu trabalho nos teares, passou longo tempo na prisão.

Outra influência decorre do referente cultural dos jornalistas para quem os assuntos de interesse público não passam pela situação das crianças do pai. Àquelas não reconhecem autonomia como problemática social: não há a construção da *criança nacional* como a encontramos no ocidente.

No Bangladesh, dados de um estudo nacional sobre trabalho infantil indicaram que mais de 15% das crianças urbanas entre os 5 e os 14 anos fazem parte da força de trabalho, desempenhando tarefas diversas, a maioria no sector privado informal. Entre os trabalhos mais comuns nas áreas urbanas surgem os serviços domésticos, envolvendo entre 200 000 a um milhão de crianças na capital. Quando os jornalistas foram convidados a referir espontaneamente os problemas sócio-económicos prioritários do país quase ignoraram o trabalho das crianças: dos jornalistas mais velhos e com responsabilidades editoriais nenhum indicou essa questão, apenas referida por um quarto dos jornalistas mais novos. Todos ignoraram os direitos das crianças e, quando questionados, sublinharam como principais direitos a educação (em destaque), o acesso a serviços de saúde e a uma alimentação equilibrada.

Noutra perspectiva, o director de um jornal de referência na Indonésia, o *Republika*, Parni Hadi, sublinhava que as crianças constituem hoje um tema importante para os *media* mas que são ignoradas quando se fala em desenvolvimento.

Também pertinentes são os processos jornalísticos que decorrem da auto-referência. Muitos jornalistas do Nepal afirmaram ter coberto questões relevantes sobre crianças com

base nas suas próprias apreciações e no que tinham aprendido em outros jornais de prestígio.

O relatório sobre o jornalismo na China situa-se, mais do que qualquer outro, num registo de reverência face ao poder político, citando frequentemente os seus responsáveis. Às declarações formais de apoio ao espírito da Convenção quanto a direitos das crianças, contrapôs-se o desconhecimento de textos, ou mesmo da sua existência, por parte dos jornalistas. Com muita prudência política, os autores do relatório chinês não deixam de referir a escassez de recursos para reportar questões relevantes sobre crianças e a intensificação da pressão do mercado.

Se nalguns países a expressão *educar o leitor* ainda surge na reflexão jornalística, como na Malásia e na China, a tendência comercial é muito forte, expressa ou não. Editores de jornais da Tailândia destacaram o "interesse humano", o "apelo emocional" e as "forças de mercado" como elementos importantes nos processos de selecção das notícias. Valores profissionais de rigor e de credibilidade eram incorporados numa lógica em que, em nome do "direito a informar", se considerava não dever haver restrições protectoras da identidade dos mais novos. Os *factos* deviam ser impressos, com nomes ou moradas das vítimas, as fotografias eram a melhor prova de que a acção tinha realmente ocorrido. Este culto da notícia como *matéria de facto* que se sobrepõe a outros direitos, como o direito à privacidade, também é vincado pelos jornalistas das Filipinas.

A falta de fundos e a escassez de jornalistas é o argumento principal para a quase ausência desta cobertura no Nepal, um dos países mais pobres do mundo, com elevada natalidade e mortalidade infantil e onde muitas crianças vivem sozinhas nas cidades ou vão para a Índia. Ainda que os jornalistas quase desconhecassem o texto da Convenção, saibam que o país fora um dos primeiros a assiná-la e que existia a obrigatoriedade da prestação de contas, mas isso, observavam, era apenas "um ritual".

Deste estudo comparado de 13 países asiáticos, são assim relevantes as assimetrias entre países onde crianças continuam a ser apreciadas por valores económicos e onde a infância ainda parece não se ter constituído como entidade *nacional*, e aqueles onde o

potencial afectivo e simbólico é capitalizado como valor jornalístico, numa senda que não anda longe da mercantilização da infância e dos sentimentos que desperta. Aí como aqui, *um bebé abandonado vale mais do que um mero roubo*, como avaliava um repórter de crime, se Singapura.

A busca de "soluções" na cobertura da infância no Brasil

Do Brasil, onde de perto um terço da sua população (32,3%) tem menos de 14 anos e a mortalidade infantil é de 58/1000, vem um olhar orientado para cobertura jornalística da infância, de uma organização não-governamental promotora da sua visibilidade nos meios de comunicação social com uma filosofia que se aproxima das correntes do jornalismo cívico norte-americano. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDDI) desenvolve desde 1996 um trabalho de pesquisa e de intervenção junto dos *media* brasileiros sobre como estes comunicam a infância a juventude nas suas páginas, com uma orientação social assumida: contribuir para a formação de uma cultura jornalística que investigue a situação das crianças e jovens brasileiros em situação de exclusão social.

A intervenção da ANDI junto dos meios de comunicação social brasileiros é constituída pela prestação de serviços informativos, oferta permanente às redacções de sugestões de assuntos e experiências sociais bem sucedidas, bem como por incentivos, como prémios para as melhores reportagens. Procura assim a ampliar a atenção da cobertura jornalística para o que define como conjunto de temas estratégicos para o desenvolvimento social que não fique pela denúncia de situações, mas que se constitua como um jornalismo de investigação de soluções. Equaciona que investigar soluções é igual a denunciar omissões e que, pelo confronto dos indicadores sociais mais alarmantes com os resultados concretos das acções bem sucedidas, a imprensa pode reconstituir o poder das denúncias, sendo a denúncia das omissões ainda mais efectiva e estrondosa que a denúncia dos factos.

Na definição de conteúdos de busca de solução estão peças que: 1) revelem projectos sociais bem sucedidos; 2) representem investigação com foco na denúncia mas

incluindo factos ou idéias que remetam o leitor para reflexão sobre soluções; 3) apresentem debates entre sectores diversos da sociedade; 4) esclareçam aspectos legais ou projectos de lei aprovados a nível municipal, estadual ou federal; 5) forneçam resultados de pesquisas no terreno, produzidas por entidades civis ou governamentais; 6) cooperem com esforços de campanhas na área da assistência social; 7) enfatizem, em editoriais ou artigos, as soluções existentes ou a necessidade de busca de soluções. São excluídas acções policiais, promessas de governantes, propostas que ainda não tenham sido aprovadas ou de transferência de verbas.

A agência propõe-se assim a contribuir para uma equação mais equilibrada entra um "jornalismo de denúncia" e "uma prática profissional que se inspira na responsabilidade de promover e ampliar o debate social". Esta tónica é vincada no relatório de 1999, que enquadra os dados em reflexões sobre os dispositivos organizacionais mais favoráveis à prossecução dos objectivos de maior atenção das crianças na imprensa.

Ano e meio após o início das suas atividades, em 1998, a ANDI assinalava o crescimento da cobertura jornalística da infância na imprensa brasileira (são por si cobertos 52 jornais diários e 9 revistas, incluindo os principais jornais brasileiros de qualidade), os conteúdos mais frequentes e a sua distribuição geográfica e por jornais. O relatório do segundo semestre de 1998 indicava que das 13.489 peças identificadas, 37,9% podiam ser consideradas como contendo busca de soluções, num crescimento nesse índice de matérias classificadas. Estes dados eram confirmados no ano seguinte, com uma ligeira redução percentual: 30,8% das 48.639 peças recolhidas continham busca de soluções. Note-se que esse valor era de 25,1% no início de 1997, significativo da atenção por parte deste jornalismo brasileiro.

As 16 categorias de distribuição das peças foram, por ordem de importância em 1998: 1) educação; 2) direitos e justiça; 3) saúde; 4) violência; 5) terceiro sector (organizações não-governamentais e empresas privadas); 6) políticas públicas; 7) comportamento; 8) exploração e abuso sexual; 9) cultura e desporto; 10) drogas; 11) exploração do trabalho; 12) situação de rua; 13) portadores de necessidades especiais; 14)

crianças desaparecidas; 15) mortalidade infantil; 16) meio ambiente.

Vejamos as categorias mais frequentes em 1998 e 1999, assinalando que entre as categorias com menos referência se situam, em ambos os anos, temas como a exploração do trabalho infantil, situação de rua, crianças desaparecidas, mortalidade infantil.

A liderança *Educação* é consonante com resultados da cobertura de imprensa nos Estados Unidos e na imprensa portuguesa no que se refere a sua agenda interna, como iremos ver. Os dados não são contudo comparáveis, já que aqui se englobam mais itens, como o ensino pré-universitário, e educação profissional e notícias sobre professores e suas práticas. Segundo a agência, quase metade das peças sobre educação (48,2%) apresentava busca de soluções em 1998, descendo esse valor para 34% em 1999.

A segunda categoria em 1998, *direitos e justiça*, inclui conteúdos como a promoção e defesa dos direitos da criança, privação de liberdade, medidas sócio-educativas e adopção. Desceu para quarta posição em 1999, a seguir *saúde* e *violência*. A sua informação assenta sobretudo em fontes especializadas, como juristas e advogados, bem como em organizações não-governamentais. As peças com busca de soluções ficaram-se pelos 23,4% em 1998, valor que sobe para 25,6% no ano seguinte. O relatório de 1999 destaca como acontecimentos particularmente negativos as rebeliões e mortes em instituições prisionais para jovens em São Paulo, mas assinala a diminuição do tom *policialesco* e o crescimento da defesa de melhores condições para jovens, na óptica dos seus direitos e da falência das políticas públicas.

A *saúde* engloba itens como nutrição, sida, gravidez e sexualidade (terceira posição em 1998, segunda em 1999). A busca de soluções foi encontrada em 43,8% das peças de 1998, em matérias como descobertas internacionais e nacionais de novos tratamentos, e campanhas como amamentação ou nutrição. No ano seguinte, nesta categoria, a percentagem de peças com busca de soluções baixou para 32,7%.

A *Violência* (quarta posição em 1998, terceira em 1999) engloba itens como roubos, furtos, assassinatos e maus tratos que envolvem a criança como vítima ou

delinqüente. É a categoria com menos peças com busca de soluções e variação: 11,6% em 1998, 12,5% em 1999. O relatório de 1998 destaca mudanças no discurso jornalístico, como a restrição da palavra *menor* associada a crianças com menos recursos econômicos e o desaparecimento de termos como *pivete* e *pixote*. Já o relatório de 1999 dá conta do acumular de situações de violência nas escolas e da cobertura contraditória dos *media*:

Quando crianças e adolescentes são vítimas, aparecem nos jornais e revistas como vítimas da crise social. Quando o jovem passa de vítima a agente da violência é tratado meramente como criminoso, sem se levar em consideração o contexto em que vive e do qual também é um produto.

Finalizamos com o *terceiro setor* e as *políticas públicas*, em quinto lugar em ambos os relatórios. Engloba organizações não-governamentais e o que agência designa por "cidadania empresarial", onde inclui empresas privadas, fundações e institutos. Esta categoria apresenta elevados índices de busca de soluções (59%). Nas políticas públicas, que reportam acções onde as agências públicas são a principal fonte de informação, a busca de soluções foi encontrada em 43,5% das peças, a que não é alheia à promoção dos próprios agentes da informação.

Deste olhar de uma agência promotora de informação que procura influenciar critérios de noticiabilidade do meio jornalístico, destacamos as interações favoráveis entre fontes e jornalistas para a configuração noticiosa, enquanto a relação mais desfavorável, entre uma elevada frequência em notícia e a menor presença de busca de soluções, ocorre na cobertura da violência envolvendo os mais novos.

* * * *

Destes documentos emerge uma tríade de planos. A constatação de tempos pré-modernos à luz dos valores ocidentais, que se contrapõem à criança universal proposta pela Convenção, e que colocam milhões de crianças nas margens das preocupações do poder. Outro plano remete para a perspectiva comercial da notícia. A orientação para públicos e os seus interesse assenta em duas grandes perspectivas: um jornalismo de cruzada, com frequência restrito a uma dimensão sensacionalista, e um jornalismo de

proximidade afectiva e de cumplicidade com os leitores, também ele contornando o social. O terceiro plano terá menores dimensões, mas existe. É a convocação dos jornalistas a partir da responsabilidade social da sua actividade de mediadores. Preocupações de ordem ética cruzam latitudes, mobilizam palcos e movimentos sociais, na afirmação de que um outro jornalismo é possível.

¹ Ver, por exemplo, a pesquisa e informação disponível nos sites na NORDICOM (nordicom.gu.se) e da Unicef.org/Magic, com recursos sobre crianças e *media*.

² In Público, 6 de Outubro de 2001.

³ Jornalismo norte americano tira lições do 11 de Setembro, in Público, 20 de Janeiro de 2002. pp. 44-45.

Extraído do livro "Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico". (1970-2000. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005)